Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

KPDS 1147517

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações do resultado **7**

Demonstrações do resultado abrangente **8**

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto **10**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e aos Administradores da

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Distribuidora , de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP027685/O-0 F SP

Rodrigo Cruz Bassi

Contador CRC 2SP014428/O-6

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Disponibilidades	**5**	**2**	**2**
Instrumentos financeiros		**2.732**	**3.798**
Titulos e valores mobiliários	**6**	2.732	3.798
Ativos Fiscais		**58**	**0**
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		48	-
Impostos a recuperar		10	0
Outros valores e bens		**649**	**85**
Despesas antecipadas	**7**	649	85
Permante		**20**	**20**
Imobilizado de uso		20	20
TOTAL DO ATIVO		**3.461**	**3.905**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Outras obrigações		**61**	**104**
Obrigações fiscais		13	96
Outros passivos	8	48	8
Patrimônio líquido	9	**3.400**	**3.801**
Capital social		4.000	4.000
Prejuízos acumulados		(600)	(199)
TOTAL DO PASSIVO		**3.461**	**3.905**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2022	Exercicio 2022	Exercicio 2021
Resultado bruto na intermediação financeira	**10**	**173**	**336**	**181**
Resultado com operações com titulos e valores mobiliários		173	336	181
Outras receitas e despesas operacionais	**11**	**(601)**	**(730)**	**(17)**
Receita com prestações de serviços		575	1.205	1.339
Serviços prestados por terceiros		(375)	(800)	(734)
Despesas com ocupação		(177)	(348)	(318)
Despesas com vendas		(35)	(35)	-
Despesas com viagens		(134)	(134)	-
Despesas tributárias		(70)	(145)	(139)
Despesas gerais e administrativas		(272)	(275)	(5)
Outras despesas operacionais		-	-	(0)
Despesas financeiras		(113)	(198)	(160)
Resultado antes de tributos		**(428)**	**(394)**	**164**
Imposto de renda e contribuição social	**12**	**-**	**(7)**	**(114)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(7)	(114)
(Prejuizo) Lucro do semestre/exercicio		**(428)**	**(401)**	**50**
(Prejuizo) Lucro por cota		(0,11)	(0,10)	0,01

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2022	Exercicio 2022	Exercicio 2021
(Prejuizo) Lucro do semestre/exercicio		**(428)**	**(401)**	**50**
Outros resultados abrangentes do semestre		-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercicio		**(428)**	**(401)**	**50**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 2º semestre de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social Subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.000**	**(249)**	**3.751**
Lucro do exercicio de 2021	-	50	**50**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.000**	**(199)**	**3.801**
Prejuízo do exercicio de 2022	-	(401)	**(401)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.000**	**(600)**	**3.400**
Saldos em 30 de junho de 2021	**4.000**	**(536)**	**3.464**
Lucro do 2º semestre de 2021	-	337	**337**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.000**	**(199)**	**3.801**
Saldos em 30 de junho de 2022	**4.000**	**(173)**	**3.827**
Prejuízo do 2º semestre de 2022	-	(428)	**(428)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.000**	**(600)**	**3.400**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2022	Exercicio 2022	Exercicio 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo/Lucro líquido ajustado		(428)	(401)	50
Variações patrimoniais				
Instrumentos financeiros		233	1.066	(620)
Rendas a receber		0	-	147
Despesas pagas antecipadamente		191	(564)	346
Outros créditos		(38)	(58)	(1)
Obrigações fiscais		2	(83)	78
Outros passivos		40	40	(5)
Disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais		(0)	(0)	(4)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(0)	(0)	(4)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre/ exercício		2	2	6
No fim do semestre/ exercício		2	2	2
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(0)	(0)	(4)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto o valor nominal por cota)

1 Contexto operacional

A empresa Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 3º andar, CEP 01.452-001, bairro Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo/SP, tem como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários de acordo com a regulamentação emitida pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM nas suas respectivas áreas de competência.

A Distribuidora foi constituída em 24 de setembro de 2019. A autorização de funcionamento da Distribuidora pelo Banco Central ocorreu em 26 de novembro de 2019.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Distribuidora foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando a partir do exercício de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, o Novo Código Civil Brasileiro, no que trata sobre sociedades limitadas, e normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A autorização para conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Distribuidora em 31 de março de 2023.

3 Segregação entre curto e longo prazo

A administração tem expectativa de realização de seus ativos e passivos de curto e longo prazo conforme abaixo:

	31/12/2022	Circulante	Não circulante		31/12/2022	Circulante	Não circulante
ATIVO				**PASSIVO**			
Disponibilidades	2	2	-	Outras obrigações	61	61	-
Instrumentos financeiros	2.732	1.113	1.619	Patrimônio líquido	3.400	-	3.400
Ativos Fiscais	58	58	-				
Outros valores e bens	649	360	289				
Permante	20	-	20				
TOTAL DO ATIVO	**3.461**	**1.532**	**1.929**	**TOTAL DO PASSIVO**	**3.461**	**61**	**3.400**

4 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c. Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, e que são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Rendas a receber

São registrados pelo valor a receber relativo a emissão de faturas de prestação de serviços efetuados pela Distribuidora.

e. Outros valores e bens

Outros valores e bens é composto pelas despesas antecipadas que representam os pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

f. Outras obrigações

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

g. Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

h. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 20 no mês ou R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre).

A alíquota atual da Contribuição Social, é de 15% conforme legislação vigente, contudo, por força da lei 14.183/2021, no segundo semestre de 2021 a alíquota foi elevada para 20%, retornando a 15% à partir de 01 de janeiro de 2022. Em setembro de 2022, foi promulgada a lei 14.446, elevando a alíquota da Contribuição social à partir de 01 de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022 em 1%, passando neste período dos atuais 15% para 16%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na sua compensação, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

i. Permanente

Imobilizado de uso: corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Distribuidora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.

j. Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Durante os exercícios de 2022 e 2021 não ocorreram resultados não recorrentes.

k. Lucro por cota

É calculado com base no valor do lucro líquido do exercício ou semestre, dividido pela quantidade de cotas em circulação nas datas dos balanços.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representados por depósitos à vista:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Banco Itaú	1	1
Banco Daycoval	1	1
	2	**2**

6 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representados:

			31/12/2022
Descrição	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Vencimento**
Títulos para negociação			
Livres			
Certificados de depósitos bancários	58	58	15/12/2027
Fundos referenciados (a)	1.674	1.976	
Fundos de renda fixa (b)	575	698	
	2.307	**2.732**	

			31/12/2021
Descrição	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Vencimento**
Títulos para negociação			
Livres			
Certificados de depósitos bancários	337	369	03/01/2022
Fundos referenciados (a)	2.497	2.561	
Fundos de renda fixa (b)	834	868	
	3.668	**3.798**	

a) Fundos referenciados

	31/12/2022		
Descrição	**Valor de mercado**	**Quantidade de quotas**	**Valor unitário das quotas**
Trust DI	709	2.261,37189	313,534593
Mega DI	702	21.553,20112	32,5715240
Daycoval Titulos Publicos	565	480.014,33669	1,17695060
	1.976		

	31/12/2021		
Descrição	**Valor de mercado**	**Quantidade de quotas**	**Valor unitário das quotas**
Trust DI	869	3.137,90121	276,9147130
Mega DI	868	29.769,68174	29,144990
Daycoval Titulos Publicos	824	785.739,2842868	1,0489282
	2.561		

Os fundos acima investem majoritariamente em ativos de renda fixa e ativos indexados ao D.I.

b) Fundo de renda fixa

	31/12/2022		
Descrição	**Valor de mercado**	**Quantidade de quotas**	**Valor unitário das quotas**
Mix Cp	698	25.875,01878	26,9778840
	698		

	31/12/2021		
Descrição	**Valor de mercado**	**Quantidade de quotas**	**Valor unitário das quotas**
Mix Cp	868	36.529,04027	23,7737610
	868		

7 Outros valores e bens – Despesas antecipadas

A Distribuidora divide o espaço físico com outras duas empresas do grupo. Devido a esta divisão de espaço as empresas firmaram um contrato de compartilhamento de despesas definindo assim uma métrica das áreas comuns que são utilizadas para cada CNPJ.

A Integral Investimentos Ltda, empresa que suporta mensalmente as despesas comuns recebeu da Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o montante de R$ 600 para suportar despesas de aluguel, condomínio e IPTU relativo a 22 meses de utilização do espaço, contados à partir de 1º de julho de 2020, com previsão de termino em maio de 2022.

Com o término do primeiro contrato, a Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários antecipou o montante de R$ 940, para suportar 30 meses de aluguel, condomínio e IPTU.

	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens		
Despesas antecipadas	649	85
Despesas antecipadas – Curto prazo	360	85
Despesas antecipadas - Longo prazo	289	-

8 Outros passivos

Os outros passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Outros passivos		
Propaganda e publicidade	35	-
Serviços técnicos especializados	5	4
Material de teleinformática e processamento	8	4
	48	**8**

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está composto por R$ 4.000, representado por 4.000.000 de cotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, sem alteração no semestre e exercício.

b. Distribuição de lucros

O contrato social da Distribuidora não estabelece a obrigatoriedade de haver distribuição de lucros mínimos anuais. Os lucros apurados poderão ser distribuídos aos cotistas desproporcionalmente à participação dos mesmos no capital social da Distribuidora, conforme deliberação a ser tomada em reunião de sócios convocada para esse fim.

c. Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva especial de lucros

Destinada a futuro aumento do Capital social e constituída após a destinação da reserva legal e dividendos quando distribuídos.

10 Resultado com títulos e valores mobiliários

A Distribuidora auferiu as seguintes receitas com títulos e valores mobiliários:

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com títulos e valores mobiliários	182	353	190
(-) Impostos sobre títulos e valores mobiliários	(9)	(17)	(9)
	173	**336**	**181**

11 Outras receitas e despesas operacionais

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receita com prestação de serviços	575	1.205	1.339
Serviços prestados por terceiros (a)	(375)	(800)	(734)
Despesas com aluguel, condomínio e IPTU	(177)	(348)	(318)
Despesas com vendas	(35)	(35)	-
Despesas com viagens	(134)	(134)	-
Despesas tributárias	(70)	(145)	(139)
Despesas gerais e administrativas	(272)	(275)	(5)
Despesas financeiras	(113)	(198)	(160)
	(601)	**(730)**	**(17)**

(a) Serviços técnicos especializados de auditoria, contabilidade, jurídica e informática.

12 Imposto de renda e contribuição social

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do IR/CS	(428)	(401)	450
Resultado anterior	27	-	(287)
(-) Compensação base negativa	-	-	(135)
Base de cálculo IR/CS	(401)	(401)	28
CSLL do período/exercício	-	(3)	(47)
IRPJ do período/exercício	-	(4)	(47)
IRPJ adicionar do período/exercício	-	-	(20)
Total IRPJ	-	(4)	(67)
Total IRPJ e CSLL	**-**	**(7)**	**(114)**

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados conforme demonstrado no quadro abaixo em razão de não atender os critérios de constituição:

DATA	SALDO PREJUIZO FISCAL	CRÉDITO FISCAL ESTIMADO
31/12/21	401	160
31/12/22	819	328

13 Instrumentos financeiros derivativos

A Distribuidora não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

14 Transações com partes relacionadas

A Distribuidora realizou a transação com parte relacionada divulgado no nota explicativa nº 7.

15 Gerenciamento de riscos

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da Distribuidora e foi desenvolvida considerando a natureza das operações, a complexidade dos serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

a. Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos da Distribuidora possui procedimentos para identificação dos riscos de mercado que levam em consideração a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Os riscos de mercado estão relacionados a prejuízos potenciais decorrentes de mudanças em fatores de risco como taxas de juros e de câmbio, índices e preços. A Distribuidora faz a gestão desses riscos buscando otimizar a relação risco-retorno através de modelos internos e uso de ferramentas de gestão baseadas nas melhores práticas adotadas pelo mercado. Além disso, emprega-se uma política conservadora na administração das exposições a riscos de mercado, supervisionando e controlando de forma independente. O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A Distribuidora encontra-se apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17, que trata da estrutura de gerenciamento dos riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

b. Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos da Distribuidora possui procedimentos para identificação dos riscos de liquidez, definidos na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital como (i) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; ou (ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Distribuidora possui apetite baixo para risco de liquidez, e tem como costume alocar seu capital em ativos com liquidez diária, para reduzir o risco de não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, ou de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição. A Distribuidora atua somente na estruturação e administração de fundos fechados, de modo que não está exposta a risco de liquidez relacionado ao passivo dos fundos, que se constitui na base de cotistas dos fundos. Dessa forma, o apetite de riscos da instituição para risco de liquidez é declarado como baixo, pois entende que a manutenção da liquidez é crucial para a continuidade e suficiência de capital da instituição.

Para mensurar e avaliar os riscos de liquidez, a Distribuidora se vale de simulações extremas de mercado (testes de estresse), baseados em análises de sensibilidade. A gestão dos riscos de liquidez verifica a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociados e passivos exigíveis e, portanto, descasamentos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando em conta as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

c. Risco operacional

A Distribuidora possui procedimentos para gerenciar o risco operacional, definidos como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, sendo que estes riscos são agrupados em subcategorias, detalhadas na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital.

Os procedimentos consistem na identificação dos riscos e na implementação de mecanismos de controles específicos para cada um, que incluem critérios de seleção de pessoal, diretrizes de segurança da informação delineadas em política própria, instalações físicas e lógicas de trabalho adequadas, programas de treinamento compreensivos, apólices de seguro empresarial, fiscalização de prestadores de serviço, sistemas especializados para atividades críticas e rotinas operacionais adequadas. A atividade de Auditoria Interna é terceirizada para uma empresa especializada com larga experiência em controles internos.

A Distribuidora também possui uma estrutura de governança de tecnologia da informação consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS, além de possuir sistemas, processos e infraestrutura que asseguram integridade, segurança e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados; são robustos e adequados às necessidades e às mudanças do modelo de negócio, tanto em circunstâncias normais quanto em períodos de estresse; e incluem mecanismos de proteção e segurança da informação com vistas a prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a ataques digitais.

Para mensurar e avaliar os riscos operacionais, a Distribuidora se vale de simulações extremas de mercado (testes de estresse), baseados em análises de sensibilidade.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e o armazenamento de informações e os relatórios de gerenciamento do risco operacional, visando a diminuir ao máximo a possibilidade de fraudes e falhas relacionadas ao negócio, às pessoas e aos processos envolvidos, incluindo os riscos legais associados à inadequação ou à deficiência dos contratos firmados pela Distribuidora, bem como as sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

d. Risco Socioambiental

A Distribuidora possui Política de Responsabilidade Socioambiental (“PRSA”), com a finalidade de reunir os princípios, diretrizes e recomendações de natureza socioambiental que norteiam as ações nos negócios e na relação com seus clientes, contrapartes, usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Distribuidora, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que sejam impactadas por suas atividades. A PRSA foi fundamentada nos princípios da relevância e da proporcionalidade, os quais consideram o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da empresa, bem como a compatibilidade da PRSA com a natureza da empresa e com a complexidade de suas atividades e de seus serviços e produtos.

As mudanças ambientais e sociais às quais as empresas estarão expostas nos próximos 20 anos trarão riscos e oportunidades na busca do desenvolvimento sustentável. Tendo isso em vista, a PRSA tem como seus principais objetivos:

a) Assegurar o comprometimento sustentável da Distribuidora, levando em consideração o nível dos riscos sociais e ambientais aos quais ela está exposta e de complexidade de suas atividades, serviços e produtos;
b) Estabelecer princípios e diretrizes que norteiam as atividades da Distribuidora com relação às ações de natureza socioambiental nos negócios e sua relação com as partes relacionadas, tais como os clientes e usuários de seus produtos e serviços, comunidade interna formada pelos colaboradores, comunidade externa formada pelos fornecedores e outras partes interessadas possíveis de serem impactadas por suas atividades;
c) Estabelecer uma estrutura de governança adequada para a implementação das ações estratégicas através de processos internos que permitam identificar, avaliar, mitigar e prevenir riscos socioambientais inerentes às atividades e operações da instituição; e
d) Incentivar, promover e ampliar medidas de boas práticas socioambientais, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Em cumprimento aos objetivos acima mencionados, a Distribuidora divulgará seu posicionamento perante as partes interessadas e fará avaliação periódica da eficiência da PRSA.

16 Passivos contingentes

A Distribuidora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2022 nem em 31 de dezembro de 2021.

17 Limite operacional (acordo de Basiléia)

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 10,5% (9,62% em 2021) dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições conforme regras e instruções do BACEN. A Distribuidora estava enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor com um total de 43,79% em 31 de dezembro de 2022 (28,69% em 31 de dezembro de 2021).

18 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

- Resolução CMN nº 4.966

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Já em relação a contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

- Instrução Normativa BCB nº 319

Em 04 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 20/IAS 23 – Custo de Empréstimos - com vigência a partir de 2023;
b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - com vigência a partir de 2023;
c) Divulgação apenas de políticas contábeis materiais (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - com vigência a partir de 2023;
d) Reconhecimento de Impostos diferidos sobre contrato de arrendamento (Alterações no CPC 32) - com vigência a partir de 2023;
e) CPC Liquidação – Entidades em liquidação; e
f) Melhoria da divulgação sobre dívidas de longo prazo com covenants (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - com vigência a partir de 2024.

* * *

Vitor Guimarães Bidetti
Administrador

CPF: 064.631.608-73

Rodrigo Cereza Menocci
Contador
CRC 1SP291209/ O-3

RODRIGO CEREZA MENOCCI:32465057804

Assinado de forma digital por RODRIGO CEREZA MENOCCI:32465057804
Dados: 2023.03.31 18:34:10 -03'00'